

Processo Administrativo n.º 2019019536

Apenso n.º 2019020826

Apenso n.º 2019021028

À

Sra. Amarilda Bortolotto,
Diretora-Presidente do SAMA E.

**JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 068/2019**

OBJETO: aquisição de Larvicida biológico BTI (*Bacillus thuringiensis israelensis*) para atender à Divisão de Esgoto no controle do mosquito *Culex sp.* (mosquito/pernilongo), a ser aplicado nas diversas Estações de Tratamento de Esgoto do SAMA E, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VIII.

ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de recurso administrativo, intempestivamente interposto pela proponente **Sanigran Ltda.**, através do processo administrativo n.º 2019020826, e das contrarrazões, tempestivas, impetradas pela proponente **Pes Comércio, Importação e Exportação Ltda.**, através do processo administrativo n.º 2019021028, com base na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Registra-se que o recurso e a contrarrazão foram devidamente juntados em apenso ao processo licitatório.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE SANIGRAN LTDA. (PAD 2019020826)

A recorrente interpôs recurso contra a decisão da Comissão de Licitação, que a desclassificou por não ter apresentado a homologação dos produtos junto à Organização Mundial de Saúde; por indicar Cepa divergente na Propostas de Preços da informada nos catálogos/prospectos, para o produto a ser fornecido e por ser a Cepa dos catálogos/prospectos diferente da exigida pelo SAMA E.

A recorrente alega:

1. ter cumprido integralmente as cláusulas editalícias, tendo cotado produto que atende à finalidade do objeto do Edital, embora proveniente de outra Cepa, visto ser de outro fabricante;
2. que o SAMA E cometeu um equívoco ao exigir exclusividade na Cepa, sob o argumento de que esta é homologada pela OMS, pois não é a Cepa que possibilita a utilização em água para consumo humano, mas, sim, a ausência de “produção de enterotoxinas e β -exotoxinas”;
3. que a monografia de produto em questão indica que o ingrediente ativo “*Bacillus Thuringiensis*”, independente da marca, é aprovado para uso em água de consumo humano, desde que utilizado conforme indicação do rótulo; a nota 2 da monografia traz requisito de que a linhagem de “*Bacillus Thuringiensis*” utilizada na formulação deve ser caracterizada e comprovar ausência de produção de enterotoxinas e β -exotoxinas e contaminação por outros organismos;
4. indica o link que pode ser consultado tal documento (entretanto o link não traz resultados);
- 5.
6. que linhagem de “*Bacillus Thuringiensis*” é sinônimo de CEPA de “*Bacillus Thuringiensis*”;
7. que o que possibilita ou proíbe a utilização do produto em água para consumo humano é a ausência de produção de enterotoxinas e β -exotoxinas e contaminação por outros organismos;
8. que a CEPA AM-65-52 exigida no Edital cumpre este requisito, mas que existem outras CEPAS que têm a mesma característica;
9. que a ANVISA sequer registra produtos que tenham a produção de enterotoxinas e β -exotoxinas e, por dedução lógica, todo produto com ingrediente ativo “*Bacillus Thuringiensis*” registrado na ANVISA pode ser utilizado em água para consumo humano;
10. indica tese de mestrado para consulta do modo de ação do BTi;
11. que todos os fabricantes possuem interesse em obter a homologação da OMS e que não é legal a exigência de apresentação de certificação não compulsória no edital de licitação, apresentando manifestações das cortes de contas sobre a exigência de certificação ISO e INMETRO;
12. que é ilegal vincular a aceitação de um produto a uma organização internacional, visto que cabe à ANVISA a regulação deste tipo de produto no Brasil;

13. que a administração deve exigir que o produto seja registrado na ANVISA e que produza enterotoxinas e β -exotoxinas, sem a exigência de uma CEPA específica;
14. que a administração incorreu nas proibições de direcionamento de marca/produto, pois somente a Vectobac G.O, da Sumitomo, atende à CEPA AM 65-52;
15. que a administração deve rever seu ato em recusar a proposta da recorrente ou anular o Edital, especificando produto que outros fabricantes do mercado possam atender;
16. que a administração deve promover diligência para dirimir e esclarecer as dúvidas, possibilitando à recorrente que demonstre ao requisitante que o produto ofertado atende às necessidades, através de amostra e de uma visita técnica para testes do produto.

REQUER o recebimento do recurso administrativo e, ao final, que seja dado provimento, devendo ser declarada vencedora pelo cumprimento integral de cláusulas editalícias e da legislação pertinente e, no caso do não provimento do primeiro pedido, que a recorrida deva ser desclassificada pela identificação ilegal de sua proposta comercial.

O recurso administrativo protocolado pela recorrente não cumpriu as formalidades legais ditadas no ato convocatório, tendo sido protocolado após o horário de expediente da Autarquia, expresso no Edital do Pregão Presencial n.º 068/2019, em seu subitem 12.4.

<p>DAS ALEGAÇÕES DA CONTRARRAZOANTE PES COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. (PAD 2019021028)</p>

A proponente **Pes Comércio, Importação e Exportação Ltda.**, considerando o recurso apresentado pela recorrente Sanigran Ltda., requer o recebimento e o processamento de suas contrarrazões recursais, com o respectivo efeito hierárquico, no caso de a Comissão vir a modificar seu entendimento anteriormente exarado quando à classificação da recorrente; a inadmissibilidade do recurso da impugnada em razão das preliminares aduzidas e a manutenção da contrarrazoante como vencedora do certame, pelas razões expostas.

A Contrarrazoante alega:

1. a intempestividade do recurso da Sanigran Ltda., por ter sido protocolizado, no SAMA E, às 16h51min42seg, do dia 01/10/2019, quase uma hora após o horário previsto no Edital;

2. a inépcia da inicial, pois contém vício de encaminhamento, que não encaminhou o recurso à autoridade superior, conforme prevê a legislação em vigor;
3. a preclusão consumativa das alegações da recorrente, que alegou não poder o Edital exigir a Cepa e a homologação junto à OMS, visto que deveria ter apresentado, tempestivamente, Impugnação ao Edital; em não o fazendo, à época, não mais é factível de debate discutir a matéria em sede de recurso por inabilitação; em deixando de aduzir tempestivamente sua discordância no que tange ao objeto da licitação e características exigidas, ocorreu a preclusão consumativa, sendo vedado à Comissão de Licitações a apreciação de matérias que deveriam ter sido aduzidas em fase anterior, no caso em sede de Impugnação ao Edital, por que preclusas materialmente pelo decurso dos prazos em face delas;
4. que não há ilegalidade em se prever o reconhecimento da ONU ou de uma de suas agências, no caso a OMS, pois o Direito Constitucional do Brasil reconhece estes organismos com força de Norma Constitucional;
5. que, em licitações e contratos administrativos há a incidência da supremacia do interesse público sobre o privado, como permissivo da defesa dos interesses da coletividade; podendo prever determinadas características de um produto que melhor atendam suas necessidades, preservando o interesse da coletividade e a saúde pública, por se tratar de uso em água potável para consumo humano; em assim sendo, fez a exigência de larvicida biológico BTI, cepa AM 65-52, homologado pela OMS;
6. que a recorrente reconhece que não é a CEPA que determina que pode ser usada em água portátil, mas a ausência da produção de enterotoxinas e β -exotoxinas e o que comprova a inexistência dessas toxinas prejudiciais a outros animais (incluindo humanos) é a validação feita pela OMS;
7. que o produto ofertado pela recorrente não possui a certificação da OMS e não apresenta a homologação para uso em água de consumo humano, pela ANVISA, e nem que não ocorre a formação de enterotoxinas e β -exotoxinas e contaminação por outros organismos;
8. que a monografia registrada na ANVISA, conforme documento anexado às contrarrazões, em seu item 1, trata da variedade *Bacillus thuringiensis israelensis*; desse modo, outras variedades não podem fazer uso das mesmas regras e conceitos aplicados à variedade em questão (*Bacillus thuringiensis israelensis*); na nota 2 fica claro o dever de caracterização da linhagem de *Bacillus thuringiensis* utilizada na formulação e a comprovação da ausência de produção de enterotoxinas e β -exotoxinas e contaminação por outros organismos; o item 2.4 prevê o uso em água para consumo humano, segundo o rótulo, sendo que o produto ofertado pela recorrente não possui e

o produto da contrarrazoante possui por certificação da OMS; portanto, não se admite variedade de BT que não seja a BTI, prevista na monografia da ANVISA, sem qualquer certificação; anexa cópia da certificação do BTI CEPA AM 65-52 em que estaria comprovada que não é direta a relação entre registro do produto na ANVISA e autorização do uso do produto em águas para consumo humano; a monografia estabelece que o uso em água para consumo humano tem aprovação condicionada à indicação em rótulo do produto, sendo que no produto ofertado pela recorrente sequer consta a variedade recomendada como referência pela própria ANVISA, tampouco a indicação de uso em água para consumo humano;

9. que o Ministério da Saúde recomenda, em seu site, o larvicida *Bacillus thuringiensis israelensis*, CEPA AM 65-52 (BTI), tornando irrefutável que o governo brasileiro reconhece esta CEPA como a BTI adequada para uso em água para consumo humano;
10. assim, não há ilegalidade no Edital e tampouco cerceamento de concorrência; apenas exigências que garantam a segurança da população, a saúde pública e do meio ambiente.

REQUER o recebimento e o processamento das contrarrazões para fins de julgamento, na forma da lei, com o respectivo efeito hierárquico, no caso de a Comissão vir a modificar seu entendimento anteriormente exarado quanto à desclassificação da recorrente e a inadmissibilidade do recurso da recorrente em razões das preliminares aduzidas; ainda, em caso de admissibilidade do recurso, total improcedência no mérito e a manutenção da contrarrazoante como vencedora do certame, pelas razões de fato e de direito expostas nas contrarrazões.

As Contrarrazões protocoladas cumpriram as formalidades legais ditadas no ato convocatório.

<p>DA ANÁLISE POR PARTE DA COMISSÃO PERMANENTE PARA RECEPÇÃO DE LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE PREGÃO PRESENCIAL E PREGÃO ELETRÔNICO</p>
--

Primeiramente, cumpre-se designar que a análise e a manifestação foram efetuadas considerando a vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da isonomia, posto que o Edital é o princípio básico de toda licitação.

A Comissão desclassificou a proponente Sanigran Ltda., ora recorrente, pois a empresa não apresentou, nos catálogos ou prospectos do produto ofertado, a comprovação de o produto

ser homologado junto à Organização Mundial de Saúde – OMS e por indicar em sua proposta de preços a Cepa exigida pelo SAMA E e, no catálogo apresentado, conter Cepa diferente.

O produto exigido pelo SAMA E é “Larvicida biológico BTI (*Bacillus thuringiensis israelensis*), cepa AM 65-52, aderido a grânulos-suporte de diferentes densidades, potencial de 200 UTI (Unidades Tóxicas Internacionais)/mg, homologado na Organização Mundial de Saúde (OMS). Embalagens de 20 kg, +/-5 kg”.

O registro do produto da recorrente, na ANVISA, informa os fabricantes como sendo Rogama Indústria e Comércio Ltda. e Certis USA L.L.C – Estados Unidos da América. O fabricante informado pela recorrente em sua proposta de preços é a Rogama. O fabricante do produto, informado no catálogo técnico é Certis USA L.L.C, sendo importado e distribuído, no Brasil, por NEOGEN.

Ainda sobre o catálogo técnico, o edital solicita, em seu subitem 7.5. “**Catálogos técnicos ou prospectos**, do produto ofertado, indicando suas principais características, conforme o item 2, do Termo de Referência – Anexo VIII.” A ora recorrente apresentou, conforme documento de fls. 274 dos autos, cópia do rótulo do produto, conforme pode se comprovar em fls. 308, cópia do rótulo extraído do site da ANVISA.

De fato, o produto ofertado pela recorrente não traz as informações da variedade da bactéria *Bacillus thuringiensis*; portanto, nesse quesito também está em desacordo com o exigido pelo SAMA E, que é a variedade *israelensis*. Da mesma forma, a recorrente, em sua proposta de preços informa ser da variedade *israelensis*, porém não resta comprovado no documento apresentado como sendo o catálogo técnico.

O catálogo também informa o uso do larvicida ofertado: “em águas paradas ou cursos de água como lagos, canais de irrigação, açudes e bebedouros para gado, valas de captação de água da chuva, valas ao longo de estradas, águas de enchente, áreas com água estagnada, áreas com acúmulo de entulho e lixo. Tanques em áreas agro-florestais, pastos, bacias de captação de água pluvial, campos de arroz e outros sistemas de cultivo ou outros ambientes que acumulem água e se tornem focos de larvas de mosquitos, sejam urbanos ou rurais”, mas não informa que pode ser usado em água para consumo humano.

A Divisão de Esgoto se manifesta:

“A exigência de aquisição do Larvicida Biológico CEPA AM-65-52 está diretamente relacionada aos pontos abaixo:

1. Esta CEPA é avaliada e aprovada pela Organização Mundial da Saúde, inclusive para uso em água potável. Com isso, havendo algum problema na água tratada por esse Serviço, o SAMA E estaria tecnicamente e juridicamente amparado em uma possível demanda judicial.
2. O uso desta CEPA no SAMA E, em anos anteriores, com eficiência e segurança comprova, na prática, o que a OMS atestou e se deu em função da salvaguarda de que esse produto não afetaria o tratamento de esgoto, realizado por micro-organismos vivos. Além disso esta CEPA garante segurança ocupacional para os trabalhadores responsáveis pela aplicação do produto. Também fica garantida a segurança dos moradores do entorno e daqueles que tem contato com as águas que recebem a descarga da ETE.
3. Outro aspecto, refere-se a segurança técnica na fauna e flora do entorno da ETE que, sem sombra de dúvida, fica garantida mediante o uso da referida CEPA.
4. Destaca-se ainda, a aprovação pela Vigilância em Saúde do Município de Caxias do referido produto/CEPA.
5. Consultando-se o site do Ministério da Saúde, encontra-se as listas de produtos, por tipo. Entre esses tipos, estão os larvicidas. O único larvicida biológico recomendado pelo MS é o BT da variedade *Israelensis* e da cepa AM 65-52 (<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/abril/28/larvicida.pdf>).
Sendo assim, o que é mais seguro? Comprar um produto que já vem sendo usado por nós, com garantia do órgão mundial de saúde (OMS) ou um produto que não tem garantia de segurança e que desconhecemos os impactos quando a descarga das nossas ETEs for lançada nos corpos hídricos receptores?”.

O Ministério da Saúde recomenda a utilização do *Bacillus thuringiensis israelensis*, cepa AM 65-52 (BTI): “Os larvicidas utilizados no controle de vetores pertencem principalmente aos grupos dos biolarvicidas, reguladores do crescimento como inibidores da síntese de quitina e análogos de hormônio juvenil, espinosinas e organofosforados e piretróides. Entretanto, para uso em água potável a lista é mais restrita. Atualmente a Organização Mundial de Saúde recomenda o uso de larvicidas de cinco grupos conforme tabela abaixo (OMS, 2012).” A tabela consta de fls. 309.

Em consulta ao site do fabricante do produto ofertado pela empresa Sanigran Ltda., ora recorrente, não há informações sobre a variedade *israelensis*, na sua lista de produtos comercializados.

Revedo o ato recorrido a comissão desconhece o recurso apresentado pela proponente Sanigran Ltda., em face da sua intempestividade e, no mérito, o julga improcedente, mantendo sua desclassificação no certame, pelos motivos acima apresentados, sugerindo a adjudicação e a homologação do objeto do certame à proponente PES Comércio Importação e Exportação Ltda., CNPJ n.º 68.833.227/0001-51, com o valor total de R\$395.600,00 (trezentos e noventa e cinco mil e seiscentos reais).

À consideração superior para que revise o ato recorrido e, a seu critério, mantenha ou mude a decisão da Comissão.

Caxias do Sul, 09 de outubro de 2019.

Taís Cristina Gheno,
Pregoeira.

Rodrigo D'Agostini "*ad hoc*",
Equipe de Apoio.

Ivanor Antonio Didone Junior,
Equipe de Apoio.

Stéphanie Tisott Dalle Molle,
Secretária.